



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

26ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/23
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 07 DE JUNHO DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão
- Exposição em língua estrangeira. Transcrição prejudicada

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito bom dia a todos.

Presentes os Vereadores Rubinho Nunes e Silvia da Bancada Feminista.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 36ª Audiência Pública de 2023, sendo a 26ª Audiência Pública sobre o PL 127/2023, PDE, Executivo, Ricardo Nunes. Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu Art. 4º.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/, e também no YouTube, no canal da TV Câmara São Paulo, Facebook da Câmara Municipal de São Paulo, e TV Câmara, canal 8.3.

Esta audiência vem sendo publicada desde 27 de abril no *Diário Oficial da Cidade*; 27 de abril, 5, 19 e 25 de maio e 2 de junho no jornal *O Estado de S.Paulo*, e 28 de abril, 5, 20, 25 de maio e 2 de junho no jornal *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo em 26 de abril, devendo os inscritos pelo *site* participar pela plataforma *on-line*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a secretaria desta comissão aqui à nossa esquerda. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar, na forma regimental.

Foram convidados para esta audiência o Sr. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Sr. Fabricio Cobra Arbex, Secretário da Casa Civil; Dr. Marcus Vinícius Monteiro, Promotor Secretário do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Florisvaldo Antônio Fiorentino Júnior, Defensor Público Geral.

Passamos à 26ª Audiência Pública sobre o PL 127/2023, PDE, tendo como tema Audiência Pública geral.

Antes de adentrarmos à audiência pública, gostaria de informar aos presentes que a ação movida contra a votação do PDE, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, teve sua liminar julgada indeferida pela magistrada competente no caso, ou seja, não existe qualquer

óbice legal no trâmite legislativo realizado por esta comissão até agora, bem como nenhum óbice judicial que impeça a votação da revisão do Plano Diretor.

Também, como Presidente da Comissão, quero informar e destacar que a decisão coroa, na nossa leitura, o processo realizado, a legalidade do processo realizado até agora, mas principalmente observa o princípio da separação dos poderes e da não interferência do Judiciário no processo legislativo; bem como espanca todas as críticas que eventualmente vinham sendo realizadas quanto à lisura, transparência, publicidade e às audiências públicas realizadas, tendo em vista que o próprio Poder Judiciário, como poder moderador, ratifica todo o trâmite realizado até este momento, por força da decisão judicial recentemente apresentada.

Pergunto à Vereadora Sílvia se gostaria de fazer uso da palavra neste momento ou posteriormente. (Pausa) Posteriormente.

Como ainda está havendo inscrições, suspendo esta audiência pública pelo prazo de cinco minutos, para que a população presente se inscreva com tranquilidade.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Reaberta a sessão, iniciamos com os inscritos.

Convido o Sr. Daniel Martins Boulos para fazer suas considerações, lembrando que o prazo regimental é de três minutos. O senhor tem a palavra, Sr. Daniel.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Registro a presença do Vereador Sansão Pereira e do Vereador Rodrigo Goulart.

Tem a palavra, Vereador Sansão.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador.

O Sr. Daniel tem a palavra.

O SR. DANIEL MARTINS BOULOS – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Vereador Rubinho Nunes, o Vereador Rodrigo Goulart e a

Vereadora Silvia, que estão na Mesa. Agradeço a oportunidade de usar a palavra.

Como advogado militante e professor de Direito Civil há bastante tempo, quero pontualmente dar uma contribuição, que eu inclusive protocolei, ao Art. 88 do projeto substitutivo, justamente para preservar as situações que o tempo cuidou de sedimentar, no que diz respeito aos complexos de saúde.

O substitutivo traz novas regras para que um complexo de saúde seja reconhecido pela Prefeitura de São Paulo. No entanto, existem hoje quatro complexos de saúde já reconhecidos. Então a sugestão é de agregar um §5º ao Art. 88 apenas –até poderia dizer para chover no molhado, porque a Constituição já garante o direito adquirido – para dizer o seguinte: os complexos de saúde que foram constituídos até a data da entrada em vigor deste substitutivo, eles preservam... Eles foram constituídos à luz da legislação anterior e, portanto, eles devem continuar regulamentados pela lei que estava em vigor no momento da sua constituição. Está certo?

É uma observação, digamos, técnica, um pouco como professor de Direito - a gente tem mania de ver os projetos de lei, etc. e discutir – e um pouco como advogado militante, que a gente sabe que depois isso pode dar muito problema no Poder Judiciário, se o texto não estiver absolutamente claro.

E ressaltar a importância dos complexos de saúde na cidade de São Paulo, sobretudo como vimos agora na pandemia; quer dizer, é um setor bastante importante e eu acho que vale a pena um esclarecimento. Não é modificação do artigo e de nenhum dos seus parágrafos, mas é agregar outro parágrafo que deixe claro que os complexos de saúde existentes nesta data da entrada em vigor da lei permanecem vigentes pela lei que vigorava no momento em que eles foram reconhecidos.

É apenas isso, Presidente. Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Dr. Daniel, muito obrigado pela contribuição, pelas ponderações. Tenho certeza de que nosso Relator vai levá-las em consideração.

Registro a presença do Vereador Arselino Tatto. Obrigado, Arselino.

Convido agora o Sr. Alexandre Bonfim, Kiko, do Ceprocig CMP.

O SR. ALEXANDRE BONFIM – Primeiro, bom dia a todas e todos. Infelizmente, vazio, não é o que a gente espera, mas pelo dia e pelo horário o que nos cabe é comparecer.

Queria já começar dizendo que eu acho que já foi falado em várias audiências, essa não é a primeira que eu participo, que a gente precisa garantir a zona de interesse social, tem que ser mantida, não podemos permitir que seja mexido nisso, tem que ser garantido.

O Fundurb é um meio que mais arrecada dinheiro sobre as outorgas onerosas para a gente construir habitação de interesse social. E também a gente não pode permitir que as construtoras tenham isenção disso prestando serviço. Isso é inadmissível. Tem que pagar em recurso, porque as obras que as construtoras fazem nas periferias são paredões enormes que causam enchentes nos nossos bairros. Estão acabando com os nossos bairros sem o controle do poder público.

E também dizer que, para nós, construir Habitação de Interesse Social demora um absurdo para aprovar o alvará, e as construtoras constroem sem o alvará estar aprovado, e elas constroem. Tem que ter maior fiscalização.

Não podemos deixar que os recursos da outorga onerosa venham para a cidade de São Paulo para se fazer o que fizeram no Vale do Anhangabaú: uma obra magnífica em cima e embaixo dá enchente. Isso é uma vergonha. A gente vê todo dia isso acontecer e passar na televisão.

A Prefeitura de São Paulo tinha em caixa, até 21 de março, mais de 35 bilhões de recursos arrecadados e, mesmo assim, ainda está querendo dinheiro do Fundurb para fazer operação de tapa-buraco. Isso é uma vergonha também e a gente tem que estar atento. Precisa ter transparência, quanto tem no Fundurb e para onde está indo esse dinheiro. Não podemos admitir.

Tem que ser colocado isso aí também, que o Prefeito mandou para esta Casa, no dia 15 de março, o PL 115/2023, para alterar o PDE para colocar que ele possa usar o recurso

do Fundurb com prioridade para fazer a Operação Tapa-Buraco. E os tapa-buracos feitos na periferia são diferentes de outros locais. Faz hoje, daqui a três dias está tampando, tem buraco de novo.

Outra reclamação também para que se coloque na subprefeitura: traga de volta os serviços da subprefeitura, porque tiraram toda a autonomia da subprefeitura, tudo tem que passar pela Siurb e demora um processo absurdo, através desse processo que ele fala que é SEI, e a gente nunca sabe de nada.

Então a gente está aqui acompanhando e vamos lutar até o final.

Obrigado. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Alexandre.

Convido o Sr. Elpídio Ulian Junior, do Movimento Salve o Mirante de Santana.

O SR. ELPÍDIO ULIAN JUNIOR – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar a Mesa na figura do Sr. Presidente Rubinho Nunes, que está conversando com o Rodrigo Goulart, vamos aguardar. Cumprimentando, então, o Presidente na figura da Mesa e os Srs. Vereadores Goulart e Silvia.

Vou ser bastante sucinto porque eu tenho só uma provocação para deixar na mão da Mesa, com relação a esse problema seríssimo que nós estamos tendo com esse Plano Diretor, com esse substitutivo. Conforme já foi demonstrado várias vezes, ele já foi completamente desfigurado do original. Ainda mais com esse substitutivo, uma vez que o relator colocou algumas coisas que todos concordamos que são absurdas. Eu gostaria que ele fundamentasse depois para nós, principalmente no meu caso, que é a situação do Mirante de Santana, na revogação da lei de 50 anos, que se refere ao Instituto.

Como disseram a Vereadora Silvia e a Vereadora Sandra Tadeu, essa desconfiguração não cabe numa revisão. Se for para fazer revisão para desconfigurar o original, melhor não fazer. Fora os outros problemas que temos.

Deixo uma provocação para a Mesa, inclusive eu trouxe uma cópia que quero entregar para o relator, de uma mensagem enviada pelo Vereador Adilson Amadeu, pelo

WhatsApp, para a Secovi.

Gostaria de saber se está presente alguém da Secovi?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ELPIDIO ULIAN JUNIOR – Certo. O Sr. Adilson Amadeu está presente, ou algum representante? Então vou ler a mensagem. Para o Secovi, o WhatsApp do Vereador:

“Caro Presidente e Diretores. No dia de hoje, 31/05/2023, estamos votando a revisão do Plano Diretor Estratégico, onde podemos observar que o seu substitutivo recepcionou quase a totalidade dos pleitos dessa reconhecida entidade...” O Secovi, que todos nós amamos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ELPIDIO ULIAN JÚNIOR – “Neste sentido, como Vereador por cinco mandatos consecutivos...” Vereador bastante experiente, conhecedor da cidade de São Paulo, ele diz aqui: “...sempre acompanhei os trabalhos do Secovi, e daí cultivei grandes amigos como o Jaime Flechtman, ex-Cyrela e ex-diretor do Secovi; Emílio Kallas vice-presidente de Incorporação e Terrenos Urbanos do Secovi e sócio fundador do Grupo Kallas; Antonio Setin, membro do conselho consultivo do Secovi e presidente da Setin Incorporadora, entre muitos outros associados, e, desta forma, não posso deixar de me preocupar com as repercussões negativas desta aprovação.

Digo isso pois politicamente se estabeleceu nesta oportunidade um ônus político pesado ao amigo prefeito Ricardo Nunes...” Diga-se de passagem, o Ricardo Nunes não fez esse substitutivo, isso precisa ser muito bem analisado. Eu, pelo menos, tenho pela figura do Ricardo Nunes muito respeito. “...e desta forma questiono o que o Secovi fará para ajudar o nosso prefeito em sua reeleição? Desculpe o desabafo, mas uma política sensível desta merece uma contrapartida à altura, e espero sinceramente que o ajude a mostrar à cidade que o prefeito, ao escutar vossa entidade, tomou a melhor escolha para o município bem como para o seu progresso político”.

Contrapartida? Eu gostaria de pedir esclarecimentos à mesa e, oportunamente, convidar o Sr. Adilson Amadeu para vir conversar com a gente para explicar um pouco esse

WhatsApp enviado à Secovi. Nós temos várias audiências ainda.

Relator, posso entregar uma cópia para o senhor? Já está na mídia, mas os senhores têm? Porque a mídia toda já tem.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ELPIDIO ULIAN JUNIOR – Não tem a mãozinha, hoje?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – É que está aqui na tela, fica ali, agora, colocado.

O SR. ELPIDIO ULIAN JUNIOR – Ah, tá. Terminou meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Pode concluir, fique à vontade.

O SR. ELPIDIO ULIAN JUNIOR – Então, estou concluindo. Só essa provocação para respeitar o tempo dos demais também.

Questionando o relator, eu queria saber se o senhor pode explicar hoje, ou em outra oportunidade, porque nós vamos trazer mais material, o que o levou a retirar no substitutivo a lei do Mirante de Santana, dada a sua importância não só para São Paulo, para a cidade, para o Brasil, mas para o mundo, com relação às medições meteorológicas. O nosso Instituto é uma referência, aliás, uma das maiores do Brasil.

Muito obrigado. Tenham um bom dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Elpidio.

Quanto ao Sr. Elpidio e todos os presentes, eu quero, na qualidade de Presidente da Comissão, fazer dois esclarecimentos, quanto à fala do Vereador Adilson Amadeu.

O primeiro ponto é que o Vereador Adilson não faz parte da Comissão de Política Urbana, não é membro da Comissão e não tem uma atuação direta junto à Comissão.

O segundo ponto é que - eu acho que todos os Vereadores concordam – não é a forma adequada. Trouxe isso a público, falei, inclusive, na televisão, repudio a fala do Vereador. Ele justificou a público dizendo que o intuito dele era HIS. Sendo isso ou não, não compete a nós, enquanto Vereadores, apurar. Porém, não considero adequada a solicitação de qualquer contrapartida a qualquer entidade, a qualquer órgão, ou a qualquer movimento para esta ou

qualquer lei que venha a ser votada, aprovada ou não na Câmara de São Paulo.

Na realidade, eu entendo que o que deve motivar a votação de projetos é justamente o impacto que isso traz na vida da população e buscando, naturalmente, que o impacto seja sempre positivo. É natural que o Vereador agora faça suas ponderações onde julgar conveniente.

Só um apontamento, acho que o senhor tem uma representação ou uma solicitação para fazer sobre o Vereador. Informo que não é na secretaria desta Comissão. Esta Comissão não possui competência para ferir a conduta de qualquer Vereador por qualquer fato.

Por outro lado, sou Corregedor Geral da Câmara e a Corregedoria é o órgão competente, onde o senhor pode direcionar a representação para que faça a aferição que julgar conveniente.

Convido agora o Sr. José Luís Barsotti, munícipe, para que faça as suas ponderações.

O SR. JOSÉ LUÍS BARSOTTI – Bom dia Vereadores, bom dia população.

Meu nome é José Luís, sou morador de Santo Amaro. Passo a registrar o que penso sobre esse PDE.

Primeiro, xô baronato. A cada dia que passa fica mais evidente que é o maior plano de desapropriação e despejo feito no planeta Terra, e a Prefeitura não sabe disso.

Segundo, para mim ficou muito claro, porque passar em cima de casas e não no terreno vazio há mais de 50 anos, fica mais evidente o interesse dessas grandes corporações a respeito de nós, munícipes.

Terceiro, peço para esta Câmara socialdemocrata que retire todas as propostas do Secovi do PDE e lisura no processo, que ele seja feito de bairro para a Prefeitura, não de Prefeitura para bairro. Nós não sabemos o que acontece. É uma região muito grande, eu estou aqui para ver o que acontece onde eu moro, tem pessoal de Pirituba, cada um tem uma realidade diferente. Por isso, tem de ser negociado e feito pelo bairro para chegar até a Prefeitura.

Quarto, como vai ficar a questão da água com esse adensamento, porque se pega toda uma população e se joga num prédio de 20, 30 andares. Como vai ficar o fornecimento de

água nessa situação, para nós que já moramos lá? Vai acabar? Essa é a questão, porque dentro do Plano, a meu ver, não ficou muito claro.

Quinto, que é o pior, investimento de iniciativa privada. Por se tratar de investimento, quem está ganhando? Essa é a questão que a Câmara e a Prefeitura têm de nos informar: quem vai ganhar com esse investimento?

Para finalizar, a coisa está configurada da seguinte forma: o baronato tem o dinheiro, o munícipe tem o terreno e a Prefeitura não tem dinheiro, não tem terreno, mas tem o poder. Esse é o questionamento que temos de fazer a respeito da gestão, não só desta gestão, mas de outras que já aconteceram, que é a desfiguração do município de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Convido agora a Sra. Regina Buttner, da Associação dos Lojistas da Adolfo Pinheiro.

A SRA. REGINA BUTTNER – Bom dia a todos.

Primeiro, quero agradecer aos nobres Vereadores, principalmente ao Rodrigo, à família, ao seu pai, que é maravilhoso, aos “Tattos”, que já fizeram muito pela zona Sul.

Mas - como sempre nós temos um “mas” - vieram agora com um projeto que realmente não sei nem que palavra usar para o desastre que vai acontecer na zona Sul.

A zona Sul realmente é a menina dos olhos de todas as companhias – do Secovi, principalmente, que está sendo bem representado. Todo mundo quer construir na zona Sul. Passamos pela Avenida Ibirapuera e está linda de morrer. É um prédio atrás do outro. Já estão querendo abranger não sei para onde mais, porque lá é zona de classe média-alta, mas, aí, estão construindo para o coitadinho do pobrezinho que vai comprar apartamento de 600 a 800 mil, até dois milhões de reais, naquela região.

O trânsito já não anda mais. Não se anda mais na região Sul. Nós temos o maior aquífero, que todo mundo já conhece e que está lá, mas, não, vamos construir ali, na região da Adolfo Pinheiro, prédio de 25 andares. Para que aquífero, gente? Você precisa de água? Água é importante? Não. A preservação da natureza é importante? Vereador Rodrigo Goulart, o senhor

conhece a nossa região e sabe que nós dependemos das áreas verdes.

Aí, vêm e dizem: “Não, vamos construir a um quilômetro”. O que é que vai sobrar? Nossos bairros vão ser totalmente isolados, porque eles vão ficar com barreiras de prédios de 25 andares. Da outra vez, eu falei da Rua das Flechas, que virou um pandemônio. Não, vamos resolver o problema da enchente da Cupecê. Realmente, para caramba, vamos fazer resolver, mas a rua vai continuar estreita.

Contudo, quem está ganhando? Os empreendedores. Nada está sendo feito para nós. É essa a minha cobrança. Eu acho que todos têm de trabalhar para todos, e não para determinado segmento da economia, porque não adianta eu ter uma economia, como foi falado: “Poxa, eu quero ser Dubai”. Poxa, eu também quero morar em Dubai, gente, principalmente tendo uma renda do xeique, mas não temos. Aqui, temos de viver com uma média salarial baixa e nós temos de saber lidar com isso.

— Não é fácil você ter funcionário morando em Parelheiros, que, para chegar lá, leva duas a três horas. Aí, você vai contratar um funcionário de outro lugar? Caramba, vou ter de pagar tanto para ele vir. Ele vai levar uma hora e meia, duas horas ou três horas para chegar ao trabalho. Ele vai chegar cansado. Ele não vai produzir, mas, em compensação, o prédio que está sendo levantado é para os pobrezinhos. De repente, eles vão conseguir pagar quase um milhão de reais em um apartamento. Eu quero que me expliquem de onde vai sair esse dinheiro. Quem está ganhando? Não é o povo, infelizmente.

Agradeço a todos. Aprendi muito, aqui, inclusive, com Dubai, o que é a educação de uma pessoa falando e a outra ficando no celular. Isso é modernidade. Também fiquei sabendo. Isso, para mim, está sendo um aprendizado. Estou aprendendo muito. Eu agradeço a todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Regina.

Informo que as inscrições estão encerradas. Convido, agora, a Sra. Olga Quiroga, do Grupo do Idoso.

- Pronunciamento feito por oradora estrangeira. Transcrição prejudicada.

A SRA. OLGA LEÓN DE QUIROGA – Bom dia a todos e a todas.

Meu nome é Olga Quiroga. Coordeno o Grupo de Articulação para Conquista de Moradia do Idoso da Capital. Estou aqui representando os idosos do município de São Paulo. Hoje em dia, infelizmente, estamos abandonados, sem direitos. Não adianta o estatuto, porque ninguém está respeitando o estatuto.

Venho aqui para vocês pensarem e, nos respeitando, colocarem no Plano Diretor habitação para idosos. Em São Paulo, só temos dois projetos para habitação de idosos: o da CDHU, que está no Cambuci e a Vila dos Idosos no Pari. São 145 unidades, quando nós temos 1.500 idosos pagando aluguel de 700 a 900 reais e não têm condições de comer porque têm de pagar aluguel.

Ademais, há a dificuldade de se alugar um cômodo em um cortiço, porque, se é idoso e tem mais de 70 anos, quem é que vai cuidar dele? Então, há muito idoso na rua, muito idoso com dificuldade.

Além de todas essas coisas, a violência está cada vez maior com a pessoa idosa. Dos empréstimos que se estão fazendo os idosos não têm a menor ideia. O BPC está muito difícil de se conseguir e daqueles que estão aposentados os filhos infelizmente também precisam sobreviver e tiram o cartão do idoso para alimentar seus filhos. O idoso fica aí, sem recurso nenhum, e a situação está muito difícil.

Quando vocês, da Câmara de Vereadores, vão se eleger, vão até o idoso, porque o idoso vota. Muitos dos idosos votaram em Vereadores que estão nesta Câmara e que infelizmente não estão fazendo nada pelo cidadão idoso. Que tenham um olhar diferenciado e que construam habitação de locação social para os idosos. Estamos pedindo para vocês um projeto de habitação em cada Subprefeitura. Não precisam ser de 160 unidades. São 32 Subprefeituras e com 50 unidades em cada Subprefeitura já se resolveria um terço do problema.

Deixo aqui meu pedido em nome de todos os idosos do município de São Paulo. Espero que vocês nos atendam e que sejamos contemplados.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Olga.

Convido a Sra. Karen Éder, da Avive.

A SRA. KAREN ÉDER – Bom dia, Vereadores, participantes.

Eu vim aqui mais uma vez trazer o pedido que temos feito reiteradamente: que se acrescente a área de floresta da Vila São Francisco/São Silvestre/Parque dos Príncipes no Mapa 5 e no Mapa 1 do Plano Diretor Estratégico. Se for possível, peço a inclusão no Quadro 7.

Eu venho pensando por que é que o nosso pedido não foi até agora atendido. Ponderei: será que estamos errados? Então, eu estava realmente pesquisando as leis e eu acho que nós temos razão e fundamento no nosso pedido. Eu vou qualificar a vegetação dessa região.

De acordo com o *Inventário Florestal da Vegetação Nativa do Estado de São Paulo* de 2020, a vegetação é classificada como floresta ombrófila densa remanescente do bioma de Mata Atlântica, abrangendo 40 hectares. Além disso, somando a mata do Parque dos Príncipes, a área total chega a 60 hectares. Nós temos o Laudo de Avaliação Ambiental Modificativo nº 98 e o Parecer Técnico Ambiental nº 323, ambos emitidos pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente em 2021. Esses documentos classificam a vegetação como estando em estágio médio de regeneração. No entanto, se utilizarmos a Resolução nº 6 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, o Conama, como parâmetro norteador para identificação de floresta ombrófila densa, a floresta pode ser classificada como estando em estágio avançado de regeneração e essa área também consta no documento *Vegetação Significativa do Município de São Paulo*, registrado e depositado na seção de documentos da Secretaria do Meio Ambiente. A área consta no mapeamento do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, na categoria mata ombrófila densa, fragmento florestal de vegetação secundária em estágio de regeneração médio a avançado.

Então, a vegetação que existe nesse local é protegida por normas promulgadas pelas três esferas da Federação Brasileira: união, estado e município. Isso já demonstra a relevância dada a ela pelo Legislador Pátrio. Quais são as leis que a protegem? Em primeiro lugar, o decreto

que vimos citando, o 30.443, de 1989. A área a que nos referimos está descrita no artigo 15. A Lei Federal 11.428, de 2006, especificamente, em seus artigos 2º e 11, também estabelece a proteção da Mata Atlântica. Esse bioma é alvo de atenção especial do Constituinte. Ela está expressamente assinalada no § 4º do artigo 225 da Constituição Federal. O regime de proteção da vegetação de preservação permanente, disciplinado pela Lei 10.365, de 87, abrange a área que estamos defendendo de acordo com o seu 4º artigo. É importante ressaltar que essas leis e decretos são igualmente válidos, tanto para áreas públicas, quanto para as privadas. E é seguro dizer que não é uma área que se consideraria construir Habitações de Interesse Social. A área já é protegida, o Plano Diretor orienta o uso do solo e ele deve fazê-lo de acordo com a lei. Incluir essas áreas no Mapa 5 e no 1 é a forma de fazer isso.

Quero falar para quem não viu o noticiário, em que se comemora o Dia do Meio Ambiente, que foi anteontem, segunda-feira, o Sr. Presidente da República vetou um trecho de uma medida provisória, que fragilizava o combate ao desmatamento da Mata Atlântica. Enquanto isso, a Casa está mantendo em seu substitutivo a Lei 14.285, de 2021, que está sob ação direta de inconstitucionalidade por ser contraditória ao Código Florestal, que é soberano.

Sras. e Srs. Vereadores, para concluir, gostaria de lembrar que vocês também residem nessa cidade, residem nesse planeta. Eu conto com a responsabilidade de vocês para que tomem as decisões corretas e façam o que é melhor para nossa comunidade. Nós contamos com o Legislativo Municipal de que irá seguir e defender a legislação existente e não os interesses privados.

Muito obrigada

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Karen.

Registro o agradeço a presença do Vereador Claudinho de Souza.

Passo a palavra ao Sr. Rafael Barbosa, da Avive.

O SR. RAFAEL BARBOSA – Bom dia.

Sou da Avive, Associação Vida que te Quero Verde, região do subdistrito do Butantã, bairros Vila São Francisco, Vila São Silvestre, Parque dos Príncipes. Estamos aqui acho que já

faz mais de cinco audiências.

Eu vou usar esse meu tempo para dizer que fui procurar na legislação da Câmara o que poderíamos entender sobre audiência pública. Aí eu encontrei: um dos instrumentos de participação popular no estado democrático de direito. É uma reunião que visa ampla discussão dos mais variados temas entre sociedade, especialistas e autoridades públicas.

Posso dizer, Sr. Presidente, que as nossas assembleias, nossas audiências não estão seguindo a ampla discussão dos temas variados, porque nós falamos, falamos, falamos, mas não tem retorno. Nós enviamos um ofício, de fato fomos recebidos no gabinete do relator, temos uma reunião agendada no gabinete do Presidente, mas não tivemos resposta ainda. E os prazos estão se acabando. Essa Casa já foi vitoriosa. O Presidente iniciou dizendo que o Ministério Público perdeu seu pleito. Parabéns. Nós tivemos ontem o Vereador Milton Leite parabenizando e muito feliz por isso. Eu, no lugar dele, também, talvez estaria.

Quero lembrar do que está escrito no brasão desta Casa: “*Non ducor, duco*” que significa: “Não sou conduzido, conduzo”. Estou dizendo isso para vocês entenderem a responsabilidade que vocês têm perante, não só a cidade de São Paulo, mas ao estado de São Paulo, ao nosso Brasil e talvez até outras cidades fora das nossas fronteiras. O que vocês estão fazendo será espelho para outros municípios. Isso já aconteceu outras vezes.

Posso citar para vocês, por exemplo, as ciclofaixas. Depois que São Paulo implantou as ciclofaixas tudo quanto município saiu fazendo ciclofaixa. Mutirão da Cohab que houve em São Paulo, depois que aconteceu, foi um exemplo em diversos outros municípios. A Lei da Cidade Limpa, o que São Paulo fez, outras cidades copiaram, vocês sabem disso. Imagino tantos vereadores de outros municípios que vêm aqui ter audiência com vocês para poder usar isso de exemplo. O plano chave contra chave, uma coisa excelente, eu tenho certeza de que nas próximas gerações, nos próximos municípios isso será copiado. Isso é um legado de vocês.

O que estou querendo dizer é que o Plano Diretor da forma que está, se não ouvir a gente e se não alterar algumas coisas, qual o legado que vocês vão deixar? O que nós estamos pedindo, no caso da Vila São Francisco, que é para atendimento a questões legais, ritos legais.

Existem dois mapas que o Plano Diretor segue: o Mapa 1 e o Mapa 5. Se as árvores já são imunes ao corte, por que a gente não inclui lá? Seria um avanço e um exemplo para outros municípios.

Era isso que eu queria usar hoje no meu tempo para dizer a vocês.

E finalizo dizendo que vamos protocolar um ofício solicitando a presença da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, que venha o Secretário ou os técnicos em uma das próximas das audiências. Não sou Vereador, não tenho autonomia de pedir, nem convidar. Eu, como cidadão, liguei na Secretaria do Verde e Meio Ambiente e me disseram que dentro de 48 horas, possivelmente, me responderiam. Vou protocolar em ofício e peço, por gentileza, convidem os secretários ou então a parte técnica, porque aí a gente levanta a discussão e tem a resposta. Peço desculpas por ter excedido o tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Rafael.

Convido a Sra. Mara Souza, da UMM, União do Movimento de Moradia.

A SRA. MARA SOUZA – Vou falar daqui, porque não me sinto à vontade naquele púlpito. Bom dia a todos.

Quero começar pedindo à Mesa, especialmente ao Vereador Rodrigo Goulart, para explicar como será, não consegui ler tudo. Anotei para ele explicar, fica mais fácil. Como será feita essa destinação de imóveis para igrejas ou cultos? Será uma isenção no pagamento? Quero que você me explique sobre isso.

E, também, no artigo 65 do substitutivo ele fala muito em cidade inteligente. Está lá cidade inteligente. Qual é essa cidade inteligente? A cidade inteligente que vende para as construtoras construir grandes torres e deixar os munícipes depois ao Deus dará? Acho que isso não é muito inteligente.

Então, vamos lá. Vou falar um pouco do que já havia falado na última audiência pública, que sou contra, não só eu, tenho certeza de que todo mundo que está aqui, a população que está aqui, que saiu das suas casas, das periferias, hoje, elas são contra o recurso do Fundurb

para asfalto. Isso é fato.

Quero que vocês deem uma devolutiva, falem que estão vendo isso, falem que falou com o governo. Governo que eu falo é o Ricardo Nunes, para tirar esse recurso de 10% dessa pauta. Acho que está nítido que a população não concorda com isso. E vocês têm de ouvir a população. A população é maior que os 55 Vereadores da Casa.

Outra coisa é: vamos construir, vamos deixar a cidade avançar. Concordo. Vamos crescer, vamos melhorar. Concordo. Também quero. Eu moro na periferia. Eu quero uma periferia melhor. Não quero ficar passando naquelas ruas que o Rodrigo deve conhecer bem, que são bem apertadinhas, que se vai um carro, o outro tem que parar para o outro passar. E a gente não quer isso, a gente quer de fato uma melhoria na cidade toda e que essa melhoria chegue nas periferias. Eu moro numa periferia que é um pouquinho melhor do que as outras, mas isso não quer dizer que eu não vou falar pelas outras.

Então, só constrói, só constrói, aumenta o número de população em determinados bairros, mas aumenta a UBS? Não. Não vai uma UBS para lá. Chega um hospital? Vai muita gente morar, aumenta o número de população naqueles bairros, mas não vai ter a infraestrutura necessária, não vai ter colégio, porque os colégios aqui estão fechando. O Prefeito está fechando escola, fazendo o povo pegar o ônibus para ir para uma outra escola, porque aquela escola está deteriorada. Não tem melhorias nas escolas. As escolas não são reformadas e deveria ter muitas emendas dos Vereadores aqui nas escolas da zona Sul, que estão caindo aos pedaços. É preciso reforma, não tem reformas para esses bairros.

O que eu quero dizer, as construtoras vão levando prédios... Outra coisa, não posso deixar de falar aqui, eu vou falar a palavra *inadmissível*, talvez não seja essa a palavra correta, mas é inadmissível que vocês permitam que as construtoras deixem de pagar o valor que pagam para prestar serviços. Não vai funcionar, porque se ela for prestar serviço para fazer um serviço para a população pobre de baixa renda, vai ser de péssima qualidade. Já não é bom quando é para a população de baixa renda. Se ela fizer, vai ser de péssima qualidade. Eu duvido que dure cinco anos e aqueles prédios vão começar a cair, tenho certeza disso, pode ter certeza disso.

Não é por causa de partido de Oposição, não é. Eu não estou aqui como partidária, estou aqui como munícipe, mesmo para contribuir. Então, vamos lá, vai construir escola, creche, hospitais, melhoramento no transporte público? Se vai ter tudo isso junto, vai ser uma cidade inteligente, se não vai ser tudo isso junto, só vai fazer os caras do Secovi ficarem mais ricos.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Mara.

Deixe-me só fazer uma ponderação. Eu peço desculpas, antes de chamar a Sra. Fabiana, o conceito de cidade inteligente, que rege o Plano Diretor, que é *smart cities*, é com base no relatório de uma comissão especial, que foi criada na Câmara no ano passado, da qual eu fui relator e que versa justamente sobre o conceito de captação de dados na cidade como um todo, para que a gente consiga oferecer serviços modernos que otimizem os serviços da cidade.

Então, vou dar um exemplo simples, que pode ser utilizado: os semáforos inteligentes, com base no fluxo de trânsito, conseguem reorganizar a frequência dos sinais para que possa haver um fluxo maior, de acordo com a vazão naquele momento.

Outro exemplo bastante barato, que eu tento implementar na cidade: existe um conceito de bueiro inteligente, que calcula o fluxo pluvial naquele bueiro, a entrada de água e de detritos naquele local, com a frequência de limpeza que tem que ser realizada naquele local, para reduzir, de alguma maneira, a quantidade de enchentes e evitar que eles deixem de ser limpos.

Então o conceito de *smart cities*, que é utilizado em cima do Plano Diretor para esse fim específico, é justamente com base na captação de dados. Eu peguei dois exemplos simples, um do bueiro, outro do semáforo, mas isso serve para a cidade como um todo e todos os serviços são realizados, que vão da saúde, educação, segurança, com base em dados.

Tem a palavra o Vereador Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Aproveitando o Presidente, como relator dessa Comissão Especial da Câmara, que já está tratando do assunto, é exatamente isso: nós deixamos no texto um exemplo do que poderia ser o Plano Municipal de Cidades Inteligentes, como Plano Municipal de Praças e várias outras medidas que nós pretendemos, através desse

substitutivo, que deve ser regulamentado pelo Executivo. Então, o Plano Municipal de Cidades Inteligentes é mais um que, com certeza, alguma secretaria deverá fazer a sua regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador.

Convido a Sra. Fabiana Domingues Lisboa.

A SRA. FABIANA DOMINGUES LISBOA – Bom dia.

Meu nome é Fabiana Domingues Lisboa, sou moradora de Santo Amaro e hoje, mais uma vez, venho aqui para participar de mais uma audiência pública da revisão do PDE, fora dos territórios da subprefeitura, dificultando o acesso e a participação, tanto pelo horário, quanto pelo local.

E afirmo que nenhuma das minhas sugestões foi considerada, tanto presencialmente, quanto *on-line*, porque essa revisão é um jogo de cartas marcadas, em que 70% das sugestões do Secovi foram admitidas, mesmo com os mais renomados arquitetos e urbanistas se opondo a essa pauta, que visa empurrar os pobres para fora do município de São Paulo, usando o dinheiro público para abrir avenidas como a Chucri Zaidan, a Laguna, que só favorece o baronato, onde foram construídos prédios que custam de cinco a seis milhões de reais.

Isso não é um projeto de revisão de PDE e sim um filhote de Chuck, criado para destruir a cidade, verticalizando sem controle uma cidade com graves problemas de falta de água, como em Santo Amaro, no condomínio de várias torres, em que a própria síndica diz que compra todos os dias um caminhão de carro-pipa de água; a luz que falta sempre, empurrando os pobres para a periferia, muito longe do fundão, acirrando ainda mais as desigualdades sociais.

O filhote de Chuck nem nasceu e já estão pedindo presentes adiantados. A população pede imediatamente a retirada do PDE, todas as sugestões do Secovi, que visa beneficiar única e somente o baronato das construtoras, em detrimento dos mais pobres, porque os pobres não têm contrapartida para oferecer.

Aliás, o que está muito claro no PL 204/ 2018 é que a abertura de vista na Rua Ângelo de Lúcia, onde 117 famílias serão desapropriadas, enquanto muro com muro com a rua tem um

terreno vazio há mais de cinco anos, cheio de mato e falta de zeladoria, que foi denunciado porque vários moradores pegaram dengue nessa rua e que não cumpre a função social. Quem será beneficiado com isso? Será maior o número de remoções, mais indenizações, mais poeira, mais impacto ambiental para favorecer quem?

Inclusive, na região com tantos imóveis residenciais e comerciais, as casas ainda têm poços de água, e que esse projeto vai destruir, destruir as nascentes que abastecem os rios, porque não foi apresentado um projeto de estudo de impacto ambiental.

Então, novamente peço à Defensoria Pública e ao Ministério Público a suspensão da abertura de vias, na Rua Ângelo de Lúcia, Álvares Lobo e Paula Cruz, pois existe sim alternativa para não remover as famílias e passar pelos terrenos obsoletos que não cumprem a função social. Mas, essa sugestão se choca com o interesse de latifundiários e a população não tem contrapartida para oferecer.

Se o Prefeito fosse o Bruno Covas, com certeza, o projeto já teria sido alterado, pois além de ouvir os moradores, S.Exa. se sensibilizava com a população menos favorecida, idosos, idosos acamados, deficientes físicos e pessoas que moram no local há 50, 60, 70, 80 anos ou mais.

Vivemos num estado democrático de direito com poderes independentes e harmônicos, então peço ao Judiciário que se debruce sobre a questão e só não cabe mais recursos após o trânsito em julgado. Então, essa injustiça ainda pode ser reparada.

Muito obrigada e bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Fabiana.

Eu quero, antes de passar a palavra, fazer uma ponderação justamente sobre as audiências públicas. Primeiro ponto é que especificamente em Santo Amaro foi realizada a audiência pública local durante a construção do Plano Diretor. Foi uma audiência no sábado de manhã, eu, inclusive, presidi essa audiência.

Mas, especificamente quanto à participação popular e às audiências, eu quero abrir aspas para a própria decisão da juíza na liminar que foi tentada pelo Ministério Público.

“Por fim, sem olvidar que as tramitações dos projetos na Câmara Municipal de São Paulo podem ser acessadas por toda a população no próprio site da edilidade paulistana www.saopaulo.sp.leg.br/atividadelegislativa/splegisconsulta e que inexistente regulamentação específica a respeito do ato temporal para fins de chamamento de audiência pública a ser realizada, sendo indubitável que nos dias atuais há possibilidade de acesso digital ao respectivo processo legislativo, bem como às informações constantes no site do Legislativo Paulistano, www.saopaulo.sp.leg.br, outorgam publicidade de forma mais efetiva as audiências públicas que serão realizadas, as próprias publicações no Diário Oficial ou jornais de grande circulação.”

— Ou seja, na própria decisão judicial, foi ratificada a publicidade e a legalidade de todas as audiências públicas realizadas. Por fim, como dito no início e também pelo texto, fica evidente que todas as audiências em diversos horários, em diversas datas, em diversos locais, corroboram para a participação popular, que inclusive pode participar por diversos canais, seja no *site* da Câmara Municipal, seja nos computadores oferecidos nas subprefeituras, mais uma inovação desta revisão.

Registro e agradeço a presença da Vereadora Ely Teruel e do Vereador Fabio Riva.

Agora convido a Sra. Rima Motta.

A SRA. RIMA MOTTA – Bom dia a todos.

Meu nome é Rima. Primeiro, eu quero validar todas as reivindicações aqui feitas e venho requerer a retirada do artigo 101 do Plano Diretor, que revoga a Lei 7.662/71, que protege o Mirante de Santana.

Sou do Movimento Salve o Mirante de Santana. O Mirante de Santana não é só importante para a nossa comunidade, para o nosso município, para o nosso Estado. Quem diz isso não sou eu, são os técnicos, os cientistas do Instituto Nacional de Meteorologia do Brasil. Eles informam que os dados coletados ao longo de quase 100 anos servem de elementos para pesquisas de cientistas que estudam a variação climática não só do nosso Estado como do nosso Brasil, assim como também para cientistas do mundo inteiro, que têm acesso a esses dados. E eles simplesmente querem revogar essa lei. Na verdade, a construtora, ali, que tenta fazer esse

prédio, vende, como anúncio em seus *folders*, a vista mais linda de São Paulo. Eu digo que a vista mais linda de São Paulo não pertence a nenhuma construtora, pertence a todos os moradores.

Passei várias viradas de ano naquele Mirante levando champanhe e vendo a queima de fogos da Paulista, que dá para ver lá de cima. E eles querem dar essa vista a poucos que podem pagar 1 ou 2 ou 3 milhões por um apartamento, em prédios que têm dois apartamentos por andar. Eu estou aqui pedindo que retirem esse artigo.

E o que me traz aqui não é só isso. Como já disse o Elídio sobre aquela mensagem de WhatsApp, acho que todo mundo fica indignado ao ler, e eu fiquei muito indignada, por isso resolvi vir aqui para dizer o seguinte: ele fala do enfraquecimento político de nosso Prefeito; que o fato de eles terem aderido à quase totalidade das reivindicações das construtoras os enfraquecem politicamente. Eu venho lembrar uma coisa a esta Casa: a força e o poder pertencem ao povo. E se eles estão enfraquecidos, é porque não estão ouvindo as reivindicações do povo, e não há contrapartida existente neste mundo que faça suprir a tragédia que esse Plano Diretor irá trazer à nossa cidade.

Encerro minha fala, porque sei que tem muitas pessoas tão indignadas quanto eu, lembrando de um poema lindíssimo de Caetano feito em homenagem à nossa cidade de Sampa há 45 anos, mas que nunca esteve tão atual, que diz o seguinte: “O povo oprimido nas vilas e nas favelas e a força da grana, que ergue e destrói coisas belas”. Viva o Mirante de Santana.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Rima.

Convido agora o Sr. Ivanildo França, da Comunidade Ativa Caixa D'Água, Cangaíba.

O SR. IVANILDO FRANÇA – Bom dia a todos. Estou também cronometrando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Até peço para o pessoal restituir o tempo. Fique à vontade para falar. Eu normalmente sinalizo no meu relógio quando está perto da conclusão. O senhor pode concluir na sequência. Pode reiniciar, fique à vontade.

O SR. IVANILDO FRANÇA – Bom dia a todos.

Meu nome é Ivanildo França, sou morador do bairro de Cangaíba, região da Penha. Cangaíba é um bairro vulnerável em tudo, gente.

Vim falar de outra coisa. Quem conhece o Parque Linear Tiquatira? (Pausa) Vocês conhecem, o Hélio plantou lá as árvores, tem o Córrego Tiquatira. Eu vim a esta Casa para falar sobre o artigo 215, que fala da redução dos riscos de inundação e alagamentos e suas consequências sociais. Recentemente, ano passado, participei, pelo Participe+, do Orçamento para este ano. Teve uma demanda de um munícipe da minha região, Cangaíba. O Córrego Tiquatira faz divisa: de um lado, o distrito de Cangaíba; do outro, de Penha. Quero deixar claro que as autoridades, a Subprefeitura da Penha, a Defesa Civil, a Guarda Civil Metropolitana, as autoridades lá trabalham com resiliência e eficiência para ajudar a população que sofre com os alagamentos do Córrego Tiquatira.

Foi aprovada no Orçamento desse ano e lançada nesta Casa em 23 de novembro do ano passado a Bacia do Córrego Tiquatira. Eu li, isso está disponível no *site* da Siurb, vocês podem ir lá ler. Eu li de cabo a rabo o projeto, é fabuloso, muito bom, vai beneficiar a nossa região. Os comerciantes lá estão sofrendo com a questão das chuvas que alagam o Córrego Tiquatira, que faz afluição com os Córregos Franquinho e Ponte Rasa. É um projeto maravilhoso.

Participei no ano passado da Comissão da eleição do Conselho Gestor dos postos de saúde do Cangaíba, o DA Cangaíba. Há um projeto para a Rua Crubixa, aprovado pela Supervisão Técnica, pelos conselhos do nosso território, de uma UPA, a UPA 3, para o Cangaíba, pois não temos hospital, não temos UPA. É uma loteria: quem passa mal tem que ir ou para a UPA Tatuapé ou para a UPA Ermelino, e estamos no maior distrito da região da Penha. Em termos de saúde, a gente é vulnerável demais, demais, demais.

Então, eu peço a atenção desta Casa para o fato de que a Bacia do Córrego Tiquatira não acompanhou a evolução da urbanização e da impermeabilização do solo urbano. Teve uma audiência em Siurb no mês passado, eu participei e fui muito bem recebido pelo Secretário

Marcos Monteiro. Eles estão analisando essa questão de que a Bacia do Córrego Tiquatira precisa de uma atenção. Vai ser revitalizado o Córrego Ponte Rasa, vai ter algumas intervenções lá. Então, a gente gostaria de que o Plano Diretor contemplasse a minha região, que sofre demais com os alagamentos. É uma área que, em termos de entretenimento, podemos dizer que é bonita; já foi matéria até da RAI italiana. Então, a gente precisa que os Vereadores, com sabedoria, pés no chão, pensem na população mais pobre e vulnerável. Tivemos uma pandemia, que escancarou a vulnerabilidade social e mental das pessoas. Então, em nome do povo do Cangaíba, das 31 comunidades da região da Penha, que Nossa Senhora da Penha, que é a Padroeira de São Paulo, abençoe todos vocês, Vereadores e munícipes. E peço esse apoio para que o Plano Diretor contemple essa intervenção na Bacia do Córrego Tiquatira. Um bom dia a todos e muito obrigado pela atenção e cordialidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado. Agradeço.

Convido, agora, a Sra. Joyce Reis Ferreira da Silva, FAU/USP-IAB.

A SRA. JOYCE REIS FERREIRA DA SILVA – Bom a todos e todas. Bom dia à Mesa.

Obrigada pela presença ao Sr. Presidente e ao relator. São três minutos.

Eu tentei pedir a palavra na audiência passada para falar novamente, porque temos muitas coisas a trazer. Vou tentar ser breve nos meus 18 minutos das próximas 6 audiências.

Pensando em relação à questão da forma, só voltando mais um tópico, tem muitos pleitos sendo reiterados nas várias audiências; então, a gente tem que pensar nesse formato. Porque se o pessoal dos parques precisa ficar voltando para poder falar porque não se sente contemplado, a gente precisa pensar em uma condução um pouco melhor.

Vou estruturar minha fala hoje em relação ao ordenamento territorial, Rodrigo, para a gente pontuar questões ao longo das próximas audiências. O ordenamento territorial são as regras gerais. Tem muita gente, e inclusive falei sobre isso, que não entende claramente, porque é difícil, é uma matéria técnica. Sou arquiteta urbanista, por isso às vezes vou usar alguns termos mais técnicos com a Mesa.

O ordenamento territorial é o que define onde a gente vai direcionar o adensamento.

E esse projeto está mudando radicalmente as regras de como o adensamento está sendo orientado na cidade. Por quê? Porque há hoje uma lógica que envolve os eixos de estruturação metropolitana e a macroárea de estruturação metropolitana. É ali onde o adensamento é previsto para acontecer. E há os miolos de bairro, que são os lugares onde são preservados, para haver um menor adensamento.

Se todo debate que vem desde 2017, com inúmeras tentativas de revisão de zoneamento, tentavam ampliar os miolos, hoje esse substitutivo coloca outra versão, que é engordar os eixos e isso é temerário. Por que é temerário, Rodrigo? Porque não há nenhum estudo de capacidade de suporte. Não há nenhuma lógica que é atrelada à caminhabilidade. A lógica dos eixos, do tamanho como ele foi feito é pensando no deslocamento a pé até essa estação. Quando se aumenta isso, vai se provocar outro tipo de deslocamento, que tem graves impactos, enormes impactos.

Então, a gente não pode ir por esse caminho. Ele é um caminho temerário. A gente não tem estudos que comprovem isso; e o Plano Diretor já estabelece onde esse adensamento tem que acontecer, não só pelos eixos, Rodrigo. A macroárea de estruturação metropolitana previa os PIUs, onde é possível haver um maior adensamento. Houve, nesta Casa, nesta semana, a aprovação do PIU Jurubatuba, que há anos estava aqui, assim como o Arco Tamandateí, assim como o Arco Pinheiros. Eles preveem uma forma de estruturação do território para acontecer esse adensamento e isso já suportaria o crescimento necessário ao mercado imobiliário. Isso é muito importante os senhores entenderem.

E outra lógica que o eixo traz não é só onde já é demarcado. Ele é um indutor de investimentos no transporte público, de abertura de novos corredores e de forçar a barra ao metrô acontecer em lugares. A gente está vendo maior investimento no metrô. É isso que o eixo prevê. O eixo previsto é para isso. Ele é para ativar e estruturar melhor a cidade, não só onde já há a infraestrutura.

Do jeito que se engordam os eixos, estão se valorizando, ainda mais, áreas bem localizadas e isso é temerário. A gente está vendo que todos os estudos feitos pela universidade

e centros de pesquisa mostram a valorização, que expulsa os moradores. E é isso que toda a população está aqui tentando dizer. “Há impactos no meu bairro, na zona Sul. Há impactos na zona Norte. Não se está suportando mais o número de carros aqui”.

Então, a gente tem que pensar. Eu chamei isso de cavalo de pau, na outra audiência, para dizer que o projeto, que a gente está discutindo, em oito audiências, o substitutivo, é muito perigoso de acontecer dessa forma. Isso é o primeiro ponto sobre o ordenamento em relação aos eixos.

Eu sei que eu tenho tempo, Rubinho. Eu estou sendo muito séria de tentar conversar. Acho que a Vereadora Sandra tenho aproximadamente 25 minutos para tocar em quatro pontos. Eu estou tentando ser o mais breve possível. Eu sei que ela é Vereadora, mas eu estou dizendo em relação à forma.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu, educadamente, na hora que a senhora exceder o tempo, tenho concedido para uma conclusão. Eu só finalizei para que você possa concluir, para não interromper, como eu fiz com todos que lhe antecederam.

A SRA. JOYCE REIS FERREIRA DA SILVA – Está bom. Eu vou tentar concluir. Está certo, está certo. Vamos lá. Vamos qualificar o debate.

O SR. RODRIGO GOULART – Há audiências para você participar, Joyce. Essa é a segunda que você vem.

A SRA. JOYCE REIS FERREIRA DA SILVA – A gente tentou estruturar toda uma forma de lhe subsidiar com documentos.

O SR. RODRIGO GOULART – Mas vocês poderiam ter participado do debate onde ele deve acontecer, que é no Legislativo, segundo inclusive a decisão da juíza.

A SRA. JOYCE REIS FERREIRA DA SILVA – Sim, a gente estava se organizando para subsidiar.

O SR. RODRIGO GOULART – O fórum de vocês também subsidiou o material da Justiça.

A SRA. JOYCE REIS FERREIRA DA SILVA – Oh, vale da sua consciência, Rodrigo,

do que você vai ficar conhecido na história do planejamento urbano desta cidade.

O SR. RODRIGO GOULART – Não há problema. Igual vocês ficaram em 2014, que infelizmente não deu certo.

A SRA. JOYCE REIS FERREIRA DA SILVA – Tranquilo. Na história do urbanismo, você vai ficar conhecido como um retrocesso.

Eu vou terminar meus pontos.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu vou restituir o tempo da senhora. Agradeço a ponderação do Vereador Goulart. Vou conceder mais um minuto, para que a senhora possa concluir, que foi o tempo que excedeu pelo que eu acompanhei. *Okay?*

A SRA. JOYCE REIS FERREIRA DA SILVA – Sim, sim. *Okay.*

Bom, além de um engordamento dos eixos, está sendo prevista a possibilidade de um aumento de fator social para apartamentos maiores. Ora, então estão aumentando os eixos, para que se deturpe a lógica do adensamento habitacional que é previsto. Hoje é previsto um apartamento, em média, até 80 metros quadrados. E hoje se quiserem pagar, podem fazer um varejão agora na legislação urbanística. Pagam um fator social três, para haver apartamentos maiores do que 80 metros quadrados, chegando a 300 metros quadrados, como quiserem.

Isso é um erro. Falo do coeficiente de aproveitamento três nos miolos de bairro também. É uma singela modificação num artigo, que permitirá o zoneamento fazer isso. Isso compromete o eixo e o miolo. Eu vou tentar concluir por aqui essa parte.

Em relação à CTLU, é muito sério o que está sendo posto, Rodrigo. A CTLU, as suas origens e a forma como está se estruturando a forma de conceber, que ela possa mexer uso e ocupação do solo, é inconstitucional. Isso era feito nas origens da Cogep, lá atrás, quando a CTLU era utilizada por grupos, para tentar mudar zoneamento. Todo princípio constitucional mudou isso. Isso não pode ser dessa forma, Rodrigo. Isso é muito sério.

Na próxima audiência, eu falo sobre o Arco do Tietê também, que acho que é uma questão bem importante a ser colocada.

Obrigada, gente. Desculpe. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Joyce.

O SR. RODRIGO GOULART – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem a palavra o nobre Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Gostaria de convidar a Sra. Joyce e o Sr. Daniel também. O Daniel inclusive sabe que eu sou totalmente aberto - o Nabil já esteve comigo também - a debater. Não há problema. Não precisa ser só nas audiências públicas. Como eu falei, hoje é a segunda oportunidade que a Joyce esteve aqui. O Daniel, se não me engano, esteve em mais duas ou três além dessa.

Então, estou totalmente à disposição de recebê-los. A gente pode discutir ponto a ponto. Não há problema algum. Ninguém tem compromisso aqui em manter esse primeiro substitutivo. A gente pode qualificar o debate. É isso que vocês querem, terem um debate decente, segundo vocês querem também. Não há problema algum. A gente está aqui totalmente à disposição, não só eu, o relator, mas não tenho dúvida também de todos os membros dessa comissão, a Vereadora Ely e todos os demais Vereadores.

Agora é importante que a gente coloque, debata todos esses pontos com uma defesa exatamente como vocês têm falado aqui, pela cidade, sem defender nenhuma questão de tese. Nada disso. É o que a gente está buscando aqui. O que me causa muito estranheza é que muitos dos que vêm criticar - não estou apontado o dedo para a Joyce, para o Daniel ou para quem quer que seja - não falam de todo incentivo à produção de Habitação de Interesse Social que a gente tem feito. Falam do fator social, mas não falam de todo o restante que a gente tem apontado. Então, é importante, talvez até nessa conversa que a gente possa ter, apontar todos os dedos para o que foi errado, que vocês avaliam como que pode estar errado, mas também com o que a gente está tentando aqui fazer o mais próximo do correto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

Tem a palavra o Sr. Luís Castro, do Cura São Paulo.

O SR. LUÍS CASTRO – Bom dia a todos.

Aproveitando um pouco aqui do calor, eu queria sugerir aqui ao Vereador relator, se for possível. Eu acredito que a maioria das pessoas aqui tem uma grande dificuldade de compreender, a fundo, o Plano Diretor e as suas mudanças.

Em pouquíssimas audiências, eu vi uma explanação para a população. Eu sou formado em arquitetura e urbanismo também, assim como a Joyce e poucos outros que estão aqui presentes.

Como a gente tem uma próxima audiência, Sr. relator - acredito que dia 15 à noite – gostaria de saber se seria possível você apresentar para nós, de uma forma clara, detalhando o porquê e como esse texto foi construído, esse substitutivo, até para que a gente tenha mais elementos da população, para saber onde combater, porque aqui as pautas são bem diversas também e acho que isso dificulta também um trabalho mais preciso na hora de se afunilar e dar o devido resultado para a população. Se for possível criar essa agenda, essa explicação, se for possível, eu acho que seria legal até a resposta durante a minha fala, até porque a audiência pública é um debate, bem-dito aqui pelo colega aqui no significado e aqui os parlamentares não parlam. Quem parla somos nós, munícipes, e a gente pouco ouve aquilo que a gente gostaria de ouvir. Então, queria sugerir se pudéssemos, na próxima reunião, na próxima audiência, no dia 15, à noite, trazer, até porque deve haver fundamentos e elementos técnicos para o texto que foi construído. Eu acho que ele não saiu à esmo. Eu acho que é importante trazer essa clareza para todos nós, até para que a população entenda: “Olha, isso aconteceu por isso. Isso aconteceu por isso”. Mas, quando não há elementos técnicos - eu acredito que deva haver - a gente também precisa saber, até porque nós podemos estar errando também nas nossas opiniões aqui.

Então, acho que seria bem democrático e bem transparente acima de tudo, até para poder concluir. Não estão favorecendo uma classe ou outra, porque atendem a um grande percentual de uma classe e esquecem da outra.

Eu não vou nem agora, nessa conversa, entendendo a dinâmica do que aconteceu aqui hoje, aprofundar nos meus pontos, mas gostaria mesmo de ter esse posicionamento de

vocês: “Podemos fazer um posicionamento de como isso foi construído”? Porque ela é técnica, eu sou técnico, mas e os técnicos dos Vereadores, onde eles estão e de onde eles tiraram essas conclusões? Será que eles nos ouviram?

- Manifestações no recinto.

O SR. LUÍS CASTRO – Acho que temos mais quatro audiências e, nessa reta final, eu acho que isso seria muito esclarecedor e respeitoso a todos nós.

Tem muita gente reclamando sobre quem vai e quem não vai ganhar dinheiro com isso, e eu acho que a discussão não é sobre quem ganha, mas sobre quem está perdendo. Com certeza, alguém vai ter que construir uma HIS, alguém vai ter que desapropriar uma determinada região, alguém vai ter que levar polos de desenvolvimento para que seja perdido tempo no transporte público, que já está adensado. É para isto o desenvolvimento da cidade: encurtar distâncias para ganharmos tempo. E onde estão sendo desenvolvidos novos polos para não perdermos horas e horas em deslocamento? Eu tenho certeza de que não houve um estudo técnico sobre adensamento, sobre onde já está adensado. Daqui a pouco, as pessoas estarão sendo empilhadas umas em cima das outras.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Luís Castro.

Na seara da sua fala, eu quero ponderar o seguinte: em todas as audiências públicas realizadas durante a construção do projeto que foi votado em primeiro turno, houve apresentação por parte do Executivo. Além disso, houve apresentação do próprio relator, no início. Antes de ser votado, o projeto foi apresentado e explicado pelo relator em uma audiência pública noturna realizada no plenário, que, infelizmente, não estava lotada. Uma pena. Não obstante, após isso, houve outra apresentação do relator; foram, portanto, duas apresentações.

A finalidade das audiências públicas versa sobre debate, mais especificamente sobre a possibilidade de participação popular. Isso significa que nós não estamos aqui para debater com os munícipes. Inclusive evitamos ao máximo interferir nas falas e respondê-las a fim de que um fluxo grande de diversos e variados grupos populares da cidade de São Paulo, das mais

variadas vertentes, possam apresentar suas explanações, ponderações e dores, e nós possamos recebê-las. Infelizmente, não é porque há uma explanação ou uma crítica que haverá a obrigatoriedade de ela ser recepcionada no texto; até porque, se todas as mais de três mil sugestões apresentadas ao Plano Diretor fossem recepcionadas, haveria uma grande incoerência entre os textos, porque um interfere em uma coisa, que interfere na outra, e isso tudo tem que ser ponderado, porque a grande finalidade do relator é ponderar.

Na audiência anterior, houve um questionamento, que torno agora público, sobre a possibilidade de duas inscrições pela mesma pessoa. Acontece que isso justamente fere a lógica da audiência pública, que visa à diversidade de apontamentos e principalmente do tempo de fala, o que impossibilita que uma pessoa fale por duas vezes. Do contrário, teríamos que conceder o mesmo a todos os participantes. Para evitar isso, há essa limitação. Concordo com o fato de que o tempo é curto, mas, além das audiências, todos os Vereadores estão à disposição para receber todas as sugestões e interferências a serem analisadas pelo corpo técnico. Como advogado, naturalmente eu não tenho conhecimento técnico que têm os arquitetos e urbanistas e, nesses momentos, acabo me valendo justamente do corpo técnico da Comissão de Urbanismo, composta por *experts* muito qualificados da Prefeitura, aptos a nos explicar os impactos e as interferências. Então, como advogado, eu me ateno a tentar construir o melhor texto possível.

Obrigado, Sr. Luís.

O SR. LUÍS CASTRO – Eu agradeço a explicação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – À disposição.

Para fazer uso da palavra, o Sr. Daniel Montandon, representante suplente das universidades no CPMU e titular da CTLU.

O SR. DANIEL TODTMANN MONTANDON – Vereadores, Vereadores, demais participantes, bom dia.

Desde o início da Revisão do Plano Diretor, iniciada pelo Executivo, várias universidades têm acompanhado o que tem sido feito e começaram também a estudar o substitutivo; várias instituições estão fazendo estudos e interpretando esse texto.

A minha contribuição hoje é a disponibilização de um estudo, que eu vou encaminhar para a Comissão de Política Urbana, sobre demarcação das regras que compõem o artigo 23 do substitutivo. Inclusive eu gostaria de perguntar ao Relator Rodrigo se está correta a forma como nós interpretamos o artigo 23, que apresenta duas alíneas, “a” e “b”, desvinculadas de inciso, possibilitando que se faça a expansão das áreas de influência, chegando a 600 e mil metros, 300 e 450 respectivamente; 600 e mil em estações de trem, e 450 nos corredores. Acontece que, no artigo 76 do Plano Diretor, as duas medidas têm um efeito muito diferente na demarcação. O primeiro raio seleciona todas as quadras; já o segundo abrange as quadras que estiverem encostadas no primeiro e dentro do limite do segundo.

No texto substitutivo, a diferença de 600 para mil é grande. Na simulação que nós fizemos, só consideramos as quadras tocadas por 600 e dentro de mil; consideramos as quadras tocadas nas faixas de 300 e dentro de 450. Há muitas quadras que não entram se não for nessa regra. A minha primeira pergunta, portanto, é se esse entendimento está correto, porque o texto está confuso, cita e lotes dentro de 600 e mil e não faz uma correlação com as duas medidas que compõem o artigo 76.

Esse é o primeiro ponto, considerando todas as áreas de exclusão que constam do artigo 76 do Plano Diretor e considerando a prevalência de entendimento da aplicação do Plano Diretor de não ter regra de eixo no Arco Tietê, sendo que o Plano Diretor não prevê eixo dentro dos PIUs. Observem que a Macroárea de Estruturação Metropolitana inteira não tem uma ZEU demarcada e também não há um eixo previsto. O que aconteceu foi uma demarcação de ZEM e ZEMP em alguns territórios, apesar de que o texto que cita a incidência de regra no eixo do Arco Tietê também estar totalmente confuso. Vai ser essa a regra para todo o território dos Arcos ou somente na ZEM e na ZEMP? Isso precisa ficar claro.

No estudo, a gente não considerou a incidência da regra de eixo no Arco Tietê, e os resultados dessa demarcação mostram 75% de incremento das quadras nos eixos existentes e 62% nos eixos previstos. Como é uma quantidade muito significativa, eu gostaria que vocês confirmassem se esse entendimento está correto; a nota técnica vai ser mandada para vocês, e

seria importante a gente ter esse entendimento, porque a redação está confusa. Aproveito a oportunidade para fazer a seguinte consideração: tentei fazer o envio desse material para esta Casa, mas atualmente não existe formulário aberto no *hotsite* para contribuição, só uma mensagem que diz que foram encerradas as fases de apresentação do formulário. Então, hoje, se a gente não fizer um protocolo físico aqui na Câmara ou se nós não tivermos este espaço, não haverá outro. O formulário não está aberto. Eu queria fazer um *upload* dessa nota técnica para vocês terem conhecimento – inclusive tem um mapa desenhado que eu vou enviar por *e-mail*. Estou mandando por *e-mail* porque não tem canal; o formulário não está aberto. No *hotsite* da Câmara, não está aberto o formulário para fazer contribuição.

Então, só para acabar o raciocínio. E aí é o seguinte, evidentemente que nós temos uma preocupação muito grande, Rodrigo, que é... eu acho que estímulos para produção de moradia para baixa renda, para HIS 1, faixa de 0 a 3, todo mundo vai querer, mas a gente está apontando que, de fato, esses dispositivos - ampliar a regra de eixo, flexibilizar o número de vaga, flexibilizar totalmente a cota parte máxima de terreno - se pagar o fator social 3 e ainda colocar o CA3 nos miolos, isso distorce muito. Acho que a gente não está fazendo uma crítica aos incentivos para a produção de HIS, mas, de fato, esses outros são deletérios.

Concluindo o raciocínio. Os eixos existentes, os eixos previstos, Arco Jurubatuba, vocês vão votar o PIU Leopoldina/Villa Lobos, e tem nesta Casa o PL do Arco Tamandateí que está desde 2015 e tem licença ambiental e prévia expedida. Votem esse projeto ao invés de fazer expansão de eixo.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Daniel.

Sr. Daniel, queria pedir ao senhor. Emily trabalha comigo e pode deixar o *e-mail* de contato caso você queira fazer algum envio e tiver dificuldade e, na verdade, qualquer um dos senhores que quiser, tanto meu contato, quanto *e-mail*, a Emily está aqui e está à disposição de todos.

Quanto às ponderações, eu já conversei com o Vereador Goulart e vamos tentar

aperfeiçoar o texto para sanar essa eventual confusão.

Convido a Sra. Rosalía, do Coletivo Jurubatuba Mirim.

A SRA. ROSALÍA – Bom dia.

Estava nos meus planos perguntar sobre a cidade inteligente do substitutivo se era a cidade que iria colocar mais vagas de garagem nos eixos de transporte público – metrô, trem, ônibus. É esse o modal eleito pelo Plano Diretor de São Paulo, que é cidade de vanguarda? Vamos continuar insistindo no modal carro? É isso ser cidade do futuro?

Eu ia perguntar outras coisas também. Eu ia lembrar que na véspera da primeira votação do substitutivo que eu assisti uma palestra pelo YouTube do José Armênio e ele falando, no final da palestra: “O que eu posso fazer? As construtoras são nossas parceiras. O dinheiro que vem não vem de impostos, vem da outorga.” Eu ia falar de tudo isso, mas diante da notícia dessa pouca vergonha do toma lá, dá cá; do WhatsApp; ou Secovi, “passa aqui para gente o nosso valor porque o que a gente combinou está pronto”. Foi tanta raiva e, ao mesmo tempo, tanto desânimo que vocês não imaginam. Vocês não imaginam. Vou excepcionar aqui a Vereadora Silvia e toda a Bancada do PSOL. Vou excepcionar o Vereador Eliseu Gabriel, a Vereadora Cris Monteiro. Vou lembrar vocês que a gente tem culpa. A população tem culpa porque enquanto a gente está dividido esquerda/direita, a boiada passa. Porque tem o corrupto, mas tem o corruptor. E o corruptor está sempre, seja lá qual partido.

Então, na próxima vez que a gente votar, a gente tem que pegar a listinha de quem votou a favor desse substitutivo e riscar e ensinar também a população a fazer isso, porque não é possível. Vocês não sabem o quanto antiemético eu tenho que tomar para ouvir as entrevistas de vocês enviando tudo o que aconteceu, porque acontece uma coisa aqui e vocês falam outra na entrevista. É de doer. É de doer.

Acho que era isso. Não tenho mais cabeça para falar. Vocês não sabem o que é isso. A gente vem aqui, fala. Será que a gente é alienígena? Será que a gente está falando umas coisas tão absurdas? Será que todos somos burros, idiotas e imbecis que as nossas propostas não são atendidas? O que é isso?

Eu trouxe lembrancinha para vocês hoje. Óleo de peroba. Um é vazio. (Palmas) Eu trouxe sabonete para aqueles Vereadores que lavaram as mãos, igual Pilatos, que fazem discurso bonitinho, mas depois votaram a favor dessa coisa, desse monstro, desse substitutivo que vocês querem e tornar a cidade um horror.

É isso. Fica de presente para vocês. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sra. Rosalía, queria pedir a senhora se a senhora puder continuar no púlpito. O primeiro esclarecimento que eu gostaria de fazer é que não é porque V.S.^a eventualmente não gosta do texto...

A SRA. ROSALÍA – Não é questão de não gostar. Não ponha palavras na minha boca.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Todos os Vereadores são corruptos.
Por segundo...

A SRA. ROSALÍA – Não estou falando que todos são corruptos.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Gostaria de fazer uma indagação.

A SRA. ROSALÍA – Quais as propostas nossas que vocês atenderam? Quais?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu ouvi a senhora falando...

A SRA. ROSALÍA – Quais?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – E quero fazer uma indagação...

A SRA. ROSALÍA – Quais?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – A senhora fez uma exceção a alguns Vereadores. Eu respeito isso. No discurso da senhora, que prestei muita atenção, a senhora disse que existem os corruptos e existem os corruptores e a senhora fez uma crítica direta a todos os Vereadores que votaram. No teor das palavras da senhora, na minha interpretação...

A SRA. ROSALÍA – Olha o que o senhor vai colocar na minha boca.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Na minha interpretação pessoal e eu estou indagando, não estou colocando palavras na boca da senhora, a senhora deu a entender que todos os Vereadores - 42 Vereadores da Casa que votaram a favor do texto –, em tese, teriam

algum interesse espúrio.

A SRA. ROSALÍA – Não. Eu não falei isso. Mas a carapuça veste quem quer.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Perfeito.

Agora, vem a minha pergunta. Eu gostaria de saber da senhora se a senhora poderia nominar, enquanto Corregedor-Geral da Casa, quem são os Vereadores que a senhora aponta como corruptos para que a gente possa tomar medidas.

A SRA. ROSALÍA – Olha, eu acho que o senhor, como Corregedor, deve saber melhor do que eu. Eu não tenho contato com os Vereadores. Eu não estou nos almoços. Eu não estou aqui todo dia. Eu só vi quem votou.

Então, a listinha de quem votou “sim” - eu não estou falando que é corrupto, não...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Era isso o que eu queria saber.

A SRA. ROSALÍA – Agora, a carapuça, quem quiser, que veste. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Convido agora o Sr. Arlindo Amaro, arquiteto.

É muito legal falar bobagem e não ter coragem de sustentar. Entendeu? Aí falta coragem para sustentar.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa tarde.

O que o pessoal está falando aqui tem toda razão, tem fundamento legal. A gente lê a Lei Orgânica do Município e diz que o prefeito tem como seus os auxiliares o subprefeito e o secretários. O Plano Diretor já fala: Plano Diretor Estratégico. Não é um plano pontual e o que nós estamos vendo aqui são coisas pontuais, que é uma vergonha. Pegamos a Constituição Municipal em que o Prefeito tem como assessor os secretários e subprefeitos, não são os vereadores. Os vereadores estão para cumprir e zelar pela lei e pela cidade. Então, é totalmente o contrário o que estamos vendo hoje. Hoje não, sempre, né. O vereador não cumpre as suas funções. O Vereador não tem de estar no bairro fazendo pontinha, fazendo mesa do pessoal para jogar dominó. O vereador está para zelar pela cidade. E os vereadores fazem juramento com a mão para cima, com a mão no peito: “Eu juro fazer acontecer”. Tivemos um prefeito que

recentemente saiu do mandato prometendo 21.000 moradias. Não fez nenhuma. Prometeu 71 metas. Não fez nenhuma e a Câmara Municipal de uma mínima para ele. O povão se esqueceu e pronto. Então, nós temos aí: o que que é planejamento urbano? Fica aí a pergunta. O que é o desenvolvimento da cidade? Como a moça falou aqui, é subestimar a inteligência do povo, né. É falar: “Vocês são todos uns tontos. No ano que vem vai ter eleição e eu faço um churrasquinho, um samba e cerveja e vocês votam em mim”. Vamos parar com isso. Nós precisamos fazer acontecer. O que nós vemos aqui é muito discurso e poucas ações.

Como disse o vereador ontem, que o PIU Leopoldina começou em 2019. Já faz 4.800 dias que esse PIU está em debate. Quando você fala em desenvolvimento da cidade, o PIU ficou 4.800 dias, quatro anos. Agora, para se fazer o desenvolvimento, são necessárias ações conjuntas: Poder Público e iniciativa privada, e já vai demorar mais quatro anos. Conclusão: o PIU Leopoldina vai sair lá para 2040. O Plano Diretor do ano 2000, nós já estamos com 24 anos de Plano Diretor em discussão. Se os prefeitos regionais fizessem a sua parte, trouxessem as reivindicações, como foi feito em 2002, a cidade estaria muito mais bonita. O que faz? Fecha o esquema e fica tudo aqui na Câmara. Subprefeitura tem inúmeros profissionais arquitetos e urbanistas moradores da região que conhecem, porque o planejamento urbano não se faz de porta fechada. Você precisa conhecer, entender e compreender a cidade. Você vai na região do Capão Redondo, Pirituba, Itaquera, Guaianases, lá para frente, Cidade Tiradentes, cada região tem uma situação diferente. Eles querem fazer um planejamento sem conhecer a cidade ou se casar sem conhecer a noiva. Não é por aí. Tem de chamar o subprefeito, o secretário da subprefeitura para que venham aqui falar sobre o Plano Diretor, porque, até então, não existe Plano Diretor na cidade de São Paulo. É simplesmente uma “pegadinha” para que as pessoas se envolvam. Eu participei de todos os planos, fui até em São Miguel e as pessoas falaram assim: “O que que você vem fazer em São Miguel? Porque você é lá do Ipiranga”. E eu respondi: “Eu moro na cidade de São Paulo”. (Palmas)

O único prefeito que fez moradias em São Paulo, ele fez o Cingapura. Tirava os moradores da favela, colocava para cá, construía o prédio e a pessoa voltava para o mesmo

local. E hoje você vê vereadores aqui: “Chave da mão e barraco no chão”. Nós vimos barraco no chão em outubro, novembro e dezembro debaixo de chuva. Foi um deslizamento de barraco no chão que hoje você entra na piadinha de novo, no *slogan*: “Chave na mão, barraco no chão”.

Gente, menos bate-papo, mais ação e vamos fazer acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Arlindo.

O senhor trouxe uma fala que eu, particularmente, considero muito sábia e muito correta que é justamente a vinculação de propostas de campanha com o cumprimento delas durante o mandato. Infelizmente, não existe lei hoje no país que regulamente e determine isso, e é uma pauta que, inclusive, eu apoio. E, aí, tomando uma esfera que não é a da municipal, mas recentemente nós vimos o novo arcabouço fiscal que estabelece o plano de metas a nível Federal, e olhem que curioso: se as metas não forem cumpridas, não existe pena para que o chefe do Poder Executivo, no caso do Presidente da República, cumpra. Ele simplesmente tem de ir à Câmara dos Deputados e falar: “Olha, gente, desculpa, foi mal, mas não deu”. E não existe penalidade alguma. Antes existiam as pedaladas fiscais. Isso é um exemplo do que vemos em nível federal, que se reflete no estadual e que, naturalmente, acaba repercutindo de forma municipal, não apenas em São Paulo, mas ao longo de todo o país.

Tem a palavra a Sra. Ana Leonor Sales.

A SRA. ANA LEONOR SALES – Boa tarde a todos. Obrigada pela oportunidade.

Eu fiz um resuminho para tentar otimizar e não ultrapassar o tempo, inclusive em função de nós estarmos em um grupo maior lá do nosso bairro. Eu sou de Santana. A defesa é do Mirante de Santana, pela exclusão, no artigo 101, do texto que se refere à revogação da lei 7.662 de 1971.

Nos objetivos do desenvolvimento sustentável que compõem a agenda 2030, eu queria destacar o ODS 11, que tem foco nas cidades e comunidades sustentáveis, tendo importância extrema a preservação dos recursos naturais com atenção especial à qualidade do ar. E, portanto, fica evidente para nós moradores do bairro e acho que para a cidade de São Paulo a cada fala nossa, a importância da Estação Meteorológica de Santana que é uma unidade

vinculada ao Instituto Nacional de Meteorologia. Ela está instalada desde 1945, na Praça Vaz Guaçu, que foi inaugurada em 1929. Já tinha esse prédio que fazia medições e a consolidação foi quando se instalou a Estação Meteorológica. Naquele momento, ela já indicava restrições para construções para construções que ultrapassassem o segundo pavimento dessa Estação. O que significa esse segundo pavimento? É a vista - que algumas pessoas já falaram - que estão tentando vender como exclusividade para alguns, quando ela é de todos.

O Instituto tem 78 anos de trabalho. Representa o Brasil na ONU, na Organização Meteorológica Mundial, sendo responsável pelo tráfego das mensagens coletadas pela rede de observação da América do Sul. Então, não é um equipamento que está lá para favorecer os moradores do Jardim São Paulo ou uma parcela da população da cidade. Ele interfere, com todas as suas medições, nos estudos de mudanças climáticas. Então, as universidades como, por exemplo, a USP, já fizeram uma manifestação conosco. Desde 2020, 2021 que estamos batalhando contrariamente a essas construções. Nós, moradores do Jardim São Paulo, não somos uma associação, somos um coletivo de moradores, um movimento social que se manifesta em defesa daquilo que quer preservar como cultura, como ciência e depois continua a sua vida monitorando essas atividades.

Eu queria que o Secovi apresentasse quais são as ações de responsabilidade social que ficaram envolvidas; se foi dele que partiu a iniciativa de colocação deste trecho no artigo 101, considerando que ele - recentemente eu vi no *síte* deles - tem um guia ESG. ESG é a responsabilidade social, ambiental e governança que chega em nosso país parece que recentemente, nos últimos anos, mas que é um movimento internacional. Todos os países mais avançados já cumprem isso. E no Guia do Secovi, na página 29, ele se coloca como preocupado com as mudanças climáticas e o tamanho da pegada ecológica que uma construtora deixa quando vai fazer um empreendimento, seja ele dentro dessa proposta ou na proposta anterior. Quer dizer, ele tem uma responsabilidade. E a coerência disso também quando ele se refere, na página 34, às comunidades de entorno.

Então, nesse guia, que o Secovi colocou, ele aponta esses três movimentos. Então,

queria dar destaque para isso. Embora seja o Almirante, nós falaremos novamente. Vamos vir em todas as audiências ou pessoalmente ou virtualmente, para sensibilizar. E nós sabemos que os vereadores são sensíveis às coisas que nós trazemos, mas eu sei também da dificuldade de, às vezes, ter algum embasamento.

Então, estamos à disposição. Já pedimos ao gabinete do Vereador Rodrigo Goulart uma audiência, logo depois da fala do Francisco, no primeiro dia. Estamos aguardando e à disposição, inclusive, com os técnicos para poder dar isso um pouco mais detalhado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Ana Leonor.

Passamos agora aos inscritos pelo *chat*. Convido a Sra. Lara Dutra Lopes. (Pausa) Está ausente. Sra. Gianne Angelina Uchoa. (Pausa) Está ausente. Sr. Leandro dos Santos. (Pausa) Está ausente. Aqui consta Avive, Associação Vila que te Quero Verde. Está *on-line*? Não está *on-line*. Sra. Vivianne Julieta Rogério Coutinho, Amora Perdizes. (Pausa) Está ausente. Sr. Jerônimo Carvalho Martins. (Pausa) Está ausente. Sr. Alberto Milani Jr., do Conselho do Meio Ambiente, Sustentabilidade. (Pausa) Está ausente. Sr. Vilton Giglio. (Pausa) Está ausente. Sr. Ricardo Inácio Fogaroli. (Pausa) Está ausente.

Não havendo mais inscritos pelo *chat*, passo a palavra à Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

Antes, registro e agradeço a presença da Sra. Ilza Harumi Tadano, Assessora Técnica da SMT, Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Bom dia a todas, todos e todes.

Hoje, resolvi exemplificar, trazer com exemplos o que será esse adensamento do Art. 23. E para quem será esse adensamento do Art. 23.

Então, fizemos uma pesquisa exatamente dos empreendimentos imobiliários que ficam bem na divisa. Eles estão no perímetro do limite entre o que é o eixo hoje e do que será o eixo se este projeto for aprovado da forma como está.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – O primeiro empreendimento que quero mostrar para vocês, é o empreendimento em Itaim Bibi, está um pouco escuro, mas acho que dá para ver que são apartamentos de exatamente 262 metros quadrados. Todo mundo aqui pode comprar um apartamento de 262 metros quadrados, com três suítes. E exatamente em uma localização que seria um limite entre onde hoje é o eixo e onde vai ser o futuro eixo se esse Art. 23 for aprovado.

E trouxe esses empreendimentos, tem mais dois que quero mostrar, exatamente para provar para quem será este adensamento. Não será um adensamento populacional, de gente que precisa pegar o metrô, precisa morar mais perto do trabalho. Será um adensamento construtivo, porque vão construir muito prédio grande, muito apartamento grande. Quantas pessoas será que vão morar em três suítes? Umas três pessoas, uma para cada suíte, deve ser isso. Um adensamento bem construtivo.

—
- Manifestação no recinto.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Ah, tem os pets. O próximo empreendimento das grandes incorporadoras, que são muito atendidas neste projeto. Esse é na Vila Madalena, um nome bem bonito, Casa Madá, espaço, tributo ao designer, arte de viver. As plantas, duas suítes, sala integrada, 167 metros quadrados. Esse é um pouquinho menor. Quantas vagas de garagem? Acho que são três ou quatro vagas de garagem.

- Manifestação no recinto.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Perto do metrô, para quê tanta vaga de garagem perto do metrô. Será que as pessoas vão andando até o metrô. Rodízio, um carro para cada dia da semana. Então, esse é o tipo de empreendimento, também bem na divisa. O empreendimento está naquele vermelhinho ali, bem na divisa. Então, com esse adensamento construtivo, as pessoas que têm... Depois vou mostrar quanto custa.

Aqui, a planta agora no Paraíso, também bem na divisa, está ali no vermelhinho, onde seria, já começando o futuro eixo, que será aprovado se esse documento passar como está. Então, é uma planta de 202 metros quadrados, com três suítes e quatro vagas de garagem.

Um carro para cada dia da semana. E assim, perto do metrô, porque afinal de contas quem tem quatro carros precisa morar perto do metrô. Agora, quem mora no Capão Redondo, que tem de chegar lá na estação de metrô, e ainda depois pegar mais ônibus. Aí não precisa de adensamento com casa popular, mas aqui precisa dessa regra de adensamento.

Agora, é para a população que vai comprar o carro popular do Lula. Será que é? Vocês sabem que ontem, o Presidente da Câmara falou isso, que esse adensamento com mais vagas de garagem é para a população que vai poder comprar o carro popular. Será que esses daqui vão comprar o carro popular em não sei quantas vezes.

Então, vamos ver quanto custa um apartamento desses, vamos ver o preço dos apartamentos. O primeiro, que é lá no Itaim Bibi, o apartamento padrão, 8 milhões; o apartamento *garden*, 14 milhões. Quem pode comprar, gente? Tem alguém aqui que pode comprar? Não. O segundo, a Casa Madá, nome bonito. A partir de 3 milhões, já está mais baratinho, 3 milhões. E o outro, apartamento *garden*, 6 milhões. E lá no Paraíso, a partir de 3 milhões e 900 mil, oferta. É o varejão do Secovi, oferta, 3 milhões e 900 mil reais.

Então, trouxe esse exemplo para vocês verem que esse adensamento desse Art. 23, é para os ricos e milionários, porque são milhões de reais. Não é para pobre, não é para trabalhador, que vai ficar juntando as economias para poder comprar carro popular coisa nenhuma, porque quatro vagas de garagem, devem ser aqueles carros, não sei nem como chamam os carros, Ferrari, BMW e por aí.

Aqui, esse mapa, o que está em rosinha é onde são os atuais eixos. O que está em lilás é para onde vai adensar os futuros eixos. Então, esses imóveis que mostrei, estão bem na divisa entre o que é hoje o eixo e onde serão os futuros eixos.

E aqui é outro mapa mostrando como vai ficar a cidade com esse adensamento totalmente desordenado, totalmente contrário às diretrizes do Plano Diretor de 2014. Eu quero que este Art. 23, Relator, seja suprimido. E não só eu quero, quero fazer uma aferição aqui, quem quer que o Art. 23 seja suprimido, levanta a mão. (Pausa) Registrem aí, porque a maioria da população que está participando das audiências públicas quer esse Art. 23 suprimido. Aliás, foi

um artigo que chegou como uma sugestão de uma pessoa que não se identificou, pelo *site*.

Então, eu queria que o senhor ouvisse mais as pessoas que estão aqui participando, do que uma pessoa anônima que fez a sugestão pelo *site*, porque isso aqui vai contra uma cidade que nós queremos. Isso aqui é a cidade que os grandes empreendedores e as grandes incorporadoras querem, não nós.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Silvia.

Tem a palavra o Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Bom, obrigado, Presidente.

Vou acabar falando os temas mais genéricos e que estão tomando conta da maioria das audiências públicas. Estamos já na terceira, se eu não me engano, temos mais cinco. Então, é muito importante a participação de todos - há muitos que participaram, se não a participação de todos, mas da grande maioria.

Coloca-me à disposição. O pessoal da Avive nós já atendemos. A gente está estudando o caso. Eles levaram muitos dados para nós. É muito importante que vocês tragam também. Não teve resposta porque a gente não teve substitutivo. Antes do substitutivo, não consigo responder para vocês, estaria até ferindo qualquer tipo de princípio, inclusive, o Regimento Interno, dando uma informação privilegiada para vocês. Então, não tenho como dar essa resposta. A gente está analisando, assim como o caso do Mirante de Santana, me coloco à disposição - tem uma moça que tem falado comigo, não sei se é Gabriela, isso; ela tem falado comigo. Eu já falei que vou agendar uma reunião com ela, com ela não, acho que ela informou uma comissão. Mas eu vou pedir para marcar, inclusive, se for o caso, vou pedir para marcar no Inemet. Para a gente ir, não tem problema nenhum. Estamos, também, avaliando esse caso.

Como eu disse aqui, o Bruno falava muito isto: o compromisso com erro; se há algum tipo de erro, como o Daniel chamou atenção para muitos pontos de interpretação, a questão do texto, acho que é importante que a gente faça. A questão do eixo, Daniel, é exatamente dessa forma como avaliou, o que é tocado pelos 600, mas haverá uma possibilidade de expansão que

será tratada na Lei de Ocupação. Não vai ser agora que vai ser determinado o que vai aumentar e o que não vai. Então, será ratificado tudo isso nessa Lei Complementar que tem a previsão de o Executivo aumentar a parte do Executivo, estaria enviando para a Câmara, para nossa avaliação. Então, será mais uma nova legislação que a gente tem para interpretar e avaliar a aprovação ou não dos Vereadores.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RODRIGO GOULART – Deixa a gente falar, depois, Daniel, pode ser? (Pausa)

Não, CTLU é só para exclusão. Então, é o que eu te falei, Daniel. A primeira resposta do que você colocou é isso. Se tem problema na interpretação do texto, nós vamos deixar mais claro agora. Quanto a isso não tem problema nenhum. Se você quiser, inclusive, sugerir qual texto que você quer para deixar mais claro, entendeu.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RODRIGO GOULART – O que eu estou falando é o que vai acontecer, que há a intenção do substitutivo e que os 42 Vereadores concordaram com o que estava lá no substantivo. CTLU: a exclusão que vocês permitiram em 2014 e até hoje não foi feito esse tipo de controle, a não ser uma área na Vila Madalena, então, a exclusão que vai acontecer vai ser por CTLU. Então, o controle dos eixos... foi designado essa câmara técnica...

Mas eu estou falando que é a intenção do substitutivo. Acho que vocês não estão entendendo. Deve ter uma dificuldade na comunicação, mas, enfim. A hora que vocês quiserem, a gente conversa, como já falei.

Então a exclusão e controle do eixo: para exclusão, CTLU; e a expansão será tratado no Uso e Ocupação, onde e o que houver de ser expandido dos eixos.

Como o Daniel falou, hoje, é tudo o que está tocado pelos 600 metros.

Acho que é isso, Presidente. Vários pontos de quem tem se manifestado. Vejo muitos movimentos de moradia que nós já estamos ...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RODRIGO GOULART – É que, na verdade, nós - até por algumas

manifestações de algumas Bancadas - ... foi excluída essa questão da obrigação dos templos de todo culto da obrigação, qualquer reforma nas suas áreas, dos 10%. Foi excluída.

É isso, Presidente.

Continuo à disposição de todos, mais as duas reuniões que a gente está para marcar, já atendi o pessoal da Avive, também, os demais movimentos, Daniel, estou à disposição para que a gente possa esclarecer todas as dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – É que as falas que vocês fazem a gente não conseguem registrar nas Notas Taquigráficas, e eu não posso conceder por conta da equidade com os demais. A gente pode conversar pessoalmente, depois. Acho que todos poderemos recebê-los.

Eu queria fazer um comunicado, desde já, que a SPTrans, a pedido de um requerimento da Vereadora Silvia, que foi aprovado por esta Comissão, oferece transporte gratuito para todos que queiram participar da audiência, e os senhores que vieram à audiência por meio de transporte público, a SPTrans disponibilizará o retorno. O veículo está no Terminal Bandeira.

Vereadora Silvia, V.Exa. fez uma ponderação sobre os valores imobiliários, mas me saltou aos olhos o comentário sobre o carro popular do Lula que é de 58 mil reais, são mais de 50 salários mínimos, num veículo popular.

Só queria lembrar que o incentivo do Governo Federal para o veículo deu um desconto de 1.800 reais para o carro popular, sendo que, na verdade, onde está o grande subsídio do Governo Federal está para ônibus e caminhões, o que me parece bastante incoerente. Enfim, é só uma ponderação aleatória.

De toda forma, eu quero agradecer a presença de todos, as ponderações, o nosso papel é coletar as informações dos senhores, tentar coletá-las e tentar construir o Plano Diretor ponderando...

O SR. RODRIGO GOULART – Só um aparte, Presidente.

Eu acabei não respondendo à Vereadora Silvia.

Mas, Silvia, são vários pontos que você colocou. E, se quiser, depois, passar o endereço para a gente verificar cada um dos pontos para a gente confirmar.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – O endereço dos imóveis para você comprá-los?

O SR. RODRIGO GOULART – E, na verdade, a ideia é que nós possamos ter esse controle com incentivo dessa produção de HIS; não digo nesses locais, mas, também, nos eixos para que a gente possa promover essas construções e, no caso ali, se não está, parece que uma delas está muito próxima a Operação Faria Lima; tem uma na Vila Madalena em que já houve um controle do eixo lá atrás; não foi agora. Então, é isso que a gente tem que implementar essas políticas, deixá-las mais claras, inclusive, no controle do eixo.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – E sobre a supressão do artigo 23, Relator, tem alguma possibilidade?

O SR. RODRIGO GOULART – A gente está discutindo a melhora desse texto no segundo substantivo.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereadora, tomando um gancho do que disse o Vereador Rodrigo Goulart, eu entendo a crítica que V.Exa. faz, apesar de não concordar, e posso falar isso de público sem problema algum, sei que serei criticado justamente por isso, mas esses empreendimentos de alto padrão – infelizmente, não tenho recurso para comprar um apartamento desses -, mas são esses tipos de empreendimentos que gera recursos para Prefeitura através de outorga onerosa ou de Cepac para que possam ser construídos HIS; e as vagas de garagem tão criticadas geram um custo adicional, elas geram um custo adicional para o empreendimento, o que, justamente, é revertido para esse tipo de investimento. Não há como excluir a população de alta renda da cidade e beneficiar, exclusivamente, a população de baixa renda sem que a gente consiga o recurso daqueles que pagam a tributação, justamente, para

investir aqui.

Eu vejo que existe uma crítica muito grande à empreiteira, ao mercado etc, respeito as críticas, mas é importante deixar muito claro que a Prefeitura e o Poder Executivo não produzem dinheiro; dinheiro não é capim; ele sai de algum lugar. E são esses empreendimentos que permitem a edificação, a construção de HIS, a construção de metrô, a construção dos eixos. Por exemplo, quando a gente pega um local em que a gente tem uma ZEUP, que é prevista, a arrecadação de recursos permite que a gente tenha um eixo de estruturação, permite a construção de metrô. É isso que a população precisa entender, e eu preciso fazer esse esclarecimento porque é bastante antagônico para mim ser demonizado, justamente, aquele que permita que o mais pobre consiga ter habitação.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu vou permitir que a Vereadora Silvia faça a réplica, por mais que eu sei que ela vai me rebater e, na sequência, vou encerrar a audiência pública sem uma tréplica.

Com a palavra, Vereadora.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Vereador Rubinho.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu queria pedir que os senhores, por favor, respeitem a fala da Vereadora.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Vereador Rubinho, nós temos concepções completamente diferentes e antagônicas de cidade. Pelo que você coloca, esses grandes empreendimentos têm que estar ali bem localizados, em locais próximos aos eixos de metrô, perto do transporte público, das grandes estruturas e eles têm que pagar impostos para comprar HIS para a população que vai morar onde? Na periferia da periferia.

Então, esse modelo de cidade que você quer, você tem todo o direito de querer esse modelo de cidade, mas não é esse o modelo de cidade que eu quero. Não é esse o modelo de cidade que as pessoas que estão participando querem. (Palmas)

As pessoas querem uma cidade em que a população trabalhadora, quem ganha dois,

três, até seis salários mínimos, possa morar em lugares perto do metrô, em lugares de grande estrutura, perto de UBS, escola, centro cultural, museu. A gente tem direito a museu. A gente quer morar onde tem as coisas boas. Por que a burguesia mora onde tem coisa boa e os pobres têm que morar lá longe?

Então a gente tem uma diferença de concepção de cidade, que ficou bem explícita aqui entre a sua e a minha fala. É um grande debate, mas eu acho que o Plano Diretor não pode refletir a sua fala, porque a sua fala, hoje, é a minoria da sociedade que defende. A maioria da sociedade defende outro modelo de cidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Com a palavra, Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Presidente, eu prometo, essa é a minha última intervenção, mas também para fazer um aparte da fala da Vereadora Silvia, a quem peço atenção.

Só para lembrar que esses empreendimentos já estão lançados, não sei quantos por cento já foram vendidos. E é muito importante saber que estamos revisando a legislação que permitiu isso. Então, quem sabe a gente não aponte alguma, alguma...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RODRIGO GOULART – Joyce...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu pediria que respeitasse a fala do Vereador Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Toda minha fala você está intervindo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu queria pedir que respeitassem a fala do Vereador Rodrigo Goulart, por gentileza.

O SR. RODRIGO GOULART – Então, acho que é isso. Estamos num momento de revisão e, quem sabe, a gente possa promover uma melhoria nessa legislação. Essa é a nossa intenção aqui e você, Silvia, como membro da Comissão, tem discutido bastante com a gente. Que a gente possa construir esse melhor texto. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem a palavra o Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Muito boa tarde. Vou falar de forma rápida. Tenho acompanhado, de forma *on-line*, e a primeira coisa que eu acho importante dizer é: esta é a Câmara Municipal. É aqui que existem os debates. É para isso que cada um de vocês vai às urnas e escolhe os seus representantes, para fazer essa defesa.

Essa é a importância deste debate, inclusive entre a posição do Vereador Rubinho e a da Vereadora Silvia. Agora, não é na força, não é na pressão, é no diálogo e no convencimento.

Tenho falado...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABIO RIVA – Desculpa, eu estou com a palavra. Faço poucas intervenções, mas acho importante, até pela condição de Líder do Governo, tentar fazer essa mediação para aprovação dos projetos.

Então, ou seja, quando se tem um Parlamento que pulsa, uma parte da sociedade e outra visão da sociedade um pouco mais capitalista, aqui é onde a gente tem que procurar o ponto de equilíbrio, a dosimetria necessária para que a gente possa fazer. Se não existe, a gente tem que construir, e é essa negatividade das ações que cria um problema muito sério inclusive de convencimento dos Vereadores e Vereadoras desta Casa.

Muitos projetos, aqui aprovados, são sensibilizados e convencidos por aqueles que, de forma ou de outra, defendem ou tem algum tipo de posição similar. Agora, fazer a interpelação e dizer que audiência pública não é eficaz, que a população não está sendo ouvida, ora, a gente está no Parlamento. Entre eu solicitar algo e ser atendido, existe uma diferença muito grande, e esse é o trabalho de formiguinha que cada um de vocês precisa fazer, inclusive com aqueles que vocês têm aderência ideológica, porque é assim que você tem...

É difícil, muitas vezes, convencer e vou usar o exemplo do Vereador Rubinho, de uma situação que ele, ideologicamente, é contra. Como eu posso ter também dificuldade em convencer a Vereadora Silvia em posições que são, ideologicamente, contra as minhas. Mas, em determinados momentos, nós vamos precisar ter um ponto de secção, porque na Câmara

não existe vencedor ou vencido. O que nós estamos colocando é que a gente tem que respeitar a posição das pessoas e sensibilizar.

Eu ouvi a senhora, diversas vezes – a senhora mesmo que está falando – porque é um absurdo. A senhora procure...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABIO RIVA – Não é responsabilidade. Veja bem. Quem vota, quem elege as pessoas que estão na Câmara Municipal é o povo e ele usa desta Casa nos momentos em que são chamados, inclusive nas audiências públicas para expor aquilo que acha e que entende. O nosso papel é ouvir. Entre ouvir...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABIO RIVA – Desculpa, desculpa, desculpa, desculpa. Se tem alguém mais democrático aqui na Casa... Eu dialogo com todo mundo. Eu só estou dizendo o seguinte: ou a gente começa a criar um ambiente de sensibilização e de conscientização dos nossos pontos de vista ou a gente começa a romper o que é mais básico na democracia, que é o respeito. É por isso que estou vindo aqui. Eu estava assistindo...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABIO RIVA – Eu estou assistindo às audiências públicas e só vim fazer uma fala nesse sentido. A gente ainda vai ter um tempo para maturar o projeto, mas coloquem essas posições. Eu acho que começou a ficar uma situação que, por serem muitas audiências públicas, quando elas acontecem, a gente repete sempre as mesmas coisas e o convencimento, muitas vezes, fica até difícil. Infelizmente é isso. Até parece que a gente está fazendo muitas audiências públicas e querem que faça mais, mas a gente está batendo sempre nas mesmas teclas e, às vezes, não está avançando na conversa, na sensibilização, nos Vereadores que não estão participando.

Olhem uma coisa que eu estou colocando aqui: todos, Silvia, Rubinho e Goulart; em regra, vocês três são os que mais, e eu de forma *on-line*, fomos os que mais participamos das audiências públicas e ouvindo. Não é isso? São alguns Vereadores...

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Eu participei de todas. Não faltei em nenhuma, até agora.

O SR. FABIO RIVA – Então, por isso que eu estou dizendo. Eu estou fazendo aqui uma constatação. É uma constatação importante de um tema tão importante, não é jogar a responsabilidade naqueles que não vêm, até porque tem muitos assessores que passam as informações para os Vereadores. Mas quem está aqui, dando a cara, para ouvir, debater, discutir, são sempre três, quatro ou cinco, num projeto importante de cidade.

Então a minha fala aqui é para respeitar essa democracia e que a gente possa avançar até a derradeira votação num ambiente um pouco mais saudável e de pontos de vista, que podem ser antagônicos. Enfim, vamos ter que entregar para a sociedade um Plano que pode ser bom para mim, mas pode ser não tão bom para outra pessoa. É essa a condição. Aqui, a gente não vai conseguir contentar todo mundo, e isso não aconteceu só agora.

Nós temos um Plano que, inclusive, foi votado em 2014 e que tem inúmeros apontamentos, que hoje a gente está procurando melhorar. Em alguns pontos, estamos sendo criticados, mas também aqueles que ajudaram a escrever precisam ter um pouco de consciência, porque, muitas vezes, a gente pode se equivocar. E existe o momento de a gente também reconhecer que a gente pode corrigir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Fabio Riva.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública e agradeço, mais uma vez, a presença de todos.